



À Coordenadoria Legislativa  
A/C Angélica Martins Manso

**OFÍCIO PÚBLICO Nº \_\_\_\_\_/2025**

**Assunto: Minuta de Parecer do Projeto de Lei nº 86/2025**

Ementa: Dispõe sobre as regras para comércio ambulante em vias e áreas públicas e dá outras providências.

Autoria: Coletiva.

**MANIFESTAÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO**

Em atendimento à solicitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vimos, com fulcro nas atribuições funcionais do Departamento Jurídico, apresentar a minuta de parecer obrigatório das comissões competentes, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Ressaltamos que a Minuta do Parecer se reporta, exclusivamente, ao caráter técnico da propositura, fugindo de nossa competência e de nossa intenção formar qualquer juízo de valor sobre o mérito, atribuição que compete aos ilustres parlamentares.

Abaixo, segue a minuta, s.m.j. e *sub censura*.

Franca, 08 de julho de 2025.

Taysa Mara Thomazini  
Advogada - OAB/SP nº 196.722

Maria Fernanda Bordini Novato  
Advogada – OAB/SP nº 215.054



**MINUTA DE PARECER DAS COMISSÕES PERMANENTES:**  
**COMISSÃO DE:**  
**LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.**  
**FINANÇAS E ORÇAMENTO.**  
**OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.**

PARECER CONJUNTO  
PROJETO DE LEI Nº 86/2025

Ementa: Dispõe sobre as regras para comércio ambulante em vias e áreas públicas e dá outras providências.

Autoria: Coletiva.

**I – RELATÓRIO E OBJETIVOS DO PROJETO:**

O Projeto disciplina o comércio ambulante em vias e áreas públicas.

**II – PARECERES:**

As competências das Comissões que a este parecer conjunto subscrevem, estão especificadas no Regimento Interno, sendo que compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação (artigo 40, c/c letra “a”, II, Parágrafo Único do artigo 125), “...manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e analisa-os sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições”.

As demais Comissões se manifestam, dentro de suas atribuições explicitadas pelo Regimento Interno, no que diz respeito a conveniência e oportunidade (Mérito) da matéria em apreço (letra “b”, inciso II, Parágrafo Único do artigo 125 do Regimento Interno).

- A matéria é de interesse local, nos termos do art. 30, I, da CF/88.
- Quanto à competência da autoridade, a jurisprudência do TJSP oscila, mas, recentemente vem prevalecendo o entendimento de que por se tratar de questão de polícia administrativa estabelecida no interesse de todos, não há previsão constitucional de iniciativa privativa do Chefe do Executivo para a hipótese em apreço.

Neste sentido:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.** Lei Municipal. Município de Bertioga. Lei nº 1.529/2023, que “altera a Lei Municipal 135/1995”, esta que **disciplina o comércio ambulante. Não configurados vício de iniciativa nem ofensa à reserva da Administração, na medida em que a norma questionada não impõe obrigações ao Executivo e não interfere na estrutura burocrática ou na gestão do município, constituindo, antes, instrumento de polícia administrativa.** Inteligência dos artigos 24, §2º, 47 e 144 da Carta Paulista e 61, §1º, inciso II, b, da Constituição Federal, e das teses





fixadas pelo Supremo Tribunal Federal para os temas 682 e 917. Exame da jurisprudência. IMPROCEDÊNCIA. (ADI 2350726-65.2023.8.26.0000).

➡ Sob o aspecto jurídico, em linhas gerais, a propositura reúne condições para prosseguir em tramitação, posto que as disposições do projeto são legalmente hígidas do ponto de vista constitucional e legal. O projeto encontra fundamento no Poder de Polícia do Município, poder inerente à Administração Municipal para restringir, limitar ou disciplinar direitos em benefício da coletividade, cuja definição nos é dada pelo art. 78 do Código Tributário Nacional: "Art. 78. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos."

Segundo ensina Celso Antônio Bandeira de Mello, "pelo poder de polícia o Estado, mediante lei, condiciona, limita, o exercício da liberdade e da propriedade dos administrados, a fim de compatibilizá-las com o bem-estar social. Daí que a Administração fica incumbida de desenvolver certa atividade destinada a assegurar que a atuação dos particulares se mantenha consoante com as exigências legais, o que pressupõe a prática de atos, ora preventivos, ora fiscalizadores e ora repressivos" (in Curso de Direito Administrativo, Ed. Malheiros, 5ª ed., pág. 353).

— Quanto ao mérito o Projeto visa disciplinar o comércio ambulante.

• No tocante ao Quórum de votação, exige-se maioria simples, nos termos da LOMF.

## **II – DECISÃO DAS COMISSÕES:**

A Comissão de Justiça e Redação, em seus estritos limites, remete o Projeto à alta esfera de consideração e deliberação do Augusto Plenário, a quem cabe a decisão final.

Ao Egrégio Plenário, para decisão soberana.

Câmara Municipal, em 08 de julho de 2025.

## **AS COMISSÕES DE:**

Rua da Câmara, n.º 01 – Parque das Águas - CEP: 14401-306

Telefone: (16) 3713-1555 – DDG: 0800 940 1555

camara@franca.sp.leg.br